

Inadimplência bate recorde com o aumento da inflação



Luiz Rabi: "A inflação correu o poder de compra das pessoas, que precisam gastar mais com alimentação"



Renato Rodrigues: "Não posso deixar de pagar conta de luz, água, os R\$ 800 de aluguel ou deixar de comer"

Conjuntura País tem recorde de 66,8 milhões de pessoas com dívidas em atraso com IPCA acima de 10%, mostra Serasa

Inflação alta leva 4,6 milhões à inadimplência

Marsileia Combata
De São Paulo

A aceleração da inflação desde o segundo semestre do ano passado fez o número de inadimplentes crescer em 4,6 milhões. Hoje, ao menos 66,8 milhões de consumidores não conseguem honrar o pagamento de suas contas e dívidas. Em agosto de 2021, último mês antes de a inflação chegar a dois dígitos, esse total era de 62,2 milhões de brasileiros, segundo dados da Serasa Experian.

O número atual é recorde, e esse crescimento é observado com força em dívidas com as financeiras, mas também em serviços básicos, como água, luz, gás e no varejo. Economistas atribuem o aumento de inadimplentes à alta inflacionária e à aceleração dos juros, que faz o endividamento total crescer.

Em agosto de 2021, o Índice de Preços ao Consumidor (IPCA) anual chegava a 9,68%. Passou a 10,25% em setembro. Desde então o total de consumidores que atrasam o pagamento de contas vem crescendo.

É o caso de Carlos Pinto, de 53 anos, motorista de Uber em São Paulo há dois. Ele conta que há oito meses deixou de pagar a fatura de R\$ 3.500 de cartão de crédito. Hoje a dívida está em R\$ 5.600.

"Não paguei porque tenho outras prioridades. Tenho parcela do carro, comida para comprar em casa. Não tem como. Escolhi deixar de pagar o cartão", conta Pinto, que foi motorista de ônibus por 12 anos. "Acho que coisas como arroz, feijão, café, carne foram ficando mais caras com a inflação e ficou difícil conseguir pagar o cartão".

Pinto ainda não tem ideia de como fará para quitar a dívida. "Não sei mesmo. Não tenho nem resposta para isso. Vou esperar as coisas melhorarem, baixar [o preço dos] combustíveis, ter mais corridas", diz. Ele cogita voltar para Dourados (MS), sua cidade natal, onde o custo de vida é menor.

Dados da Serasa mostram que o valor total devido pelos inadimplentes cresceu 15,04% desde que a inflação começou a acelerar. Foi de R\$ 244,6 bilhões em agosto de 2021 para R\$ 281,4 bilhões em junho de 2022 — dado mais recente.

O percentual da população adulta inadimplente passou de 38,9% em agosto de 2021 para 41,4% em junho deste ano. Dos 66,8 milhões que não conseguem pagar o que devem, 33,5 milhões são mulheres e 33,3 milhões são homens. A maioria (23,8 milhões) tem entre 26 e 40 anos de

idade, seguido pela faixa etária de 41 a 60 anos (22,9 milhões). Idosos somam 11,5 milhões. Cada inadimplente deve em média R\$ 4.211,8, ante R\$ 3.928,8 que devia em agosto de 2021.

"Tivemos uma primeira onda de inadimplência no início da pandemia, que durou de março e abril de 2020, mas em maio já começou a cair. Saímos de um patamar habitual de cerca de 63 milhões de inadimplentes para 65,9 milhões, depois caiu e ficou ao redor de 62 milhões", afirma Luiz Rabi, economista da Serasa Experian.

"Mas de outubro de 2021 para cá estamos vendo uma de inadimplência mais demorada. O que tem explicado essa segunda onda mais intensa do que a primeira é a inflação, que passou para a casa de dois dígitos e continuou rodando acima de 10%. A causa não é mais a pandemia, mas o estrago que um problema macroeconômico faz na renda e na capacidade de pagamento dessas pessoas", continua.

Rabi afirma que a alta dos juros também pesa. Ele estima que a inflação responde por 90% da inadimplência dos consumidores, e os juros, por 10%. "A inflação correu o poder de compra das pessoas, que precisam gastar mais com alimentação e ficam com menos dinheiro para pagar conta", diz.

Hoje, dívidas não financeiras respondem por 59% do total da inadimplência. Dessas, 22,6% são relativas a gás, luz e água (ver tabela). Entre agosto de 2021 e junho deste ano, a inadimplência nessas contas passou de R\$ 56,9 bilhões para R\$ 63,59 bilhões. As de serviços de telefonia e internet responde por 7% da inadimplência e chega a R\$ 19,6 bilhões.

Rabi observa que a inadimplência é maior em serviços como gás, luz e água porque o não pagamento dessas contas pode significar menos dores de cabeça para o consumidor. "Quando a pessoa percebe que vai ficar inadimplente, começa a escolher o que vai deixar de pagar levando em conta duas variáveis: o valor da dívida e o quanto que o não pagamento dessa irá gerar para ela", argumenta.

Ele alerta que um dos segmentos em que a inadimplência mais

Mais calote entre consumidores

Inflação faz inadimplência explodir

Consumidores inadimplentes
Em milhões



Dívidas negativas
Em R\$ bilhões



Inadimplentes em percentual da população adulta, em %



Utilidades*
Em relação ao total (em %)



Telefonia e internet
Em relação ao total (em %)



Varejo
Em relação ao total (em %)



Fonte: Serasa Experian. *Comprando gás, luz e água.

cresceu foi nas financeiras, que oferecem crédito para os mais necessitados ou que apresentam maior risco. "São pessoas com renda mais baixa, vulneráveis em termos de emprego ou até mesmo que já estão inadimplentes ou com o nome sujo", diz.

O porteiro Renato Augusto Rodrigues, de 51 anos, vem há cinco anos rodando uma dívida de cartão de crédito. Pouco antes da pandemia, aceitou comprar a prazo pelo cartão da loja de roupas Caedu. No fim do ano passado, teve de deixar de pagar os R\$ 700 do cartão.

"Não posso deixar de pagar conta de luz, água, os R\$ 800 de aluguel ou deixar de comer, que são prioridades. Acabei ficando inadimplente", diz. "Depois da pandemia, tudo ficou mais difícil. Os preços das coisas aumentaram demais, ficou muito pior. Subiu gasolina, gás, luz, mercado".

Além desses cartões, ele estava devendo há mais de um mês R\$ 908,4 de IPVA e licenciamento do carro. "Só consegui pagar isso na semana passada", conta.

Rodrigues mora com a esposa Rose, de 45 anos, a filha Maria Eduarda, de 8 anos, e o enteado Cauã, de 18 anos. Sustenta a casa com os R\$ 1.400 que ganha trabalhando 48 horas semanais em um prédio em Perdizes e os R\$ 1.000 que Rose ganha como cozinheira terceirizada na Siemens.

O Estado de São Paulo responde

hoje por 21,1% dos novos inadimplentes. São 971.787 a mais do que em agosto de 2021, totalizando 15,7 milhões de pessoas, ou 43,6% da população adulta. Cada um desses tem em média R\$ 4.861,35 de dívidas não pagas.

O Rio de Janeiro, por sua vez, viu os novos inadimplentes crescerem 619.009 no período e hoje acumula 6,7 milhões de pessoas, ou 49,4% da população adulta. A dívida média hoje está em R\$ 4.233,07.

Minas Gerais somou 675.193 inadimplentes desde agosto de 2021 e hoje contabiliza um total de 6,4 milhões, ou 38,4% da população adulta. O valor médio devido por cada um é de R\$ 3.928,8. O Amazonas é o Estado com maior percentual da população adulta inadimplente (51,9%), seguido por Rio de Janeiro e Amapá (49,3%).

O aumento da inadimplência desde que a inflação começou a acelerar foi maior do que desde o início da pandemia. Na comparação com fevereiro de 2020, o Brasil tem hoje 2,7 milhões a mais de inadimplentes. Antes de a crise da covid-19 estourar eram ao menos 63,9 milhões de pessoas inadimplentes, ou 40,6% da população adulta.

As dívidas não honradas totalizam R\$ 255,1 bilhões antes da pandemia, sendo R\$ 52,9 bilhões de gás, luz e água e R\$ 27,29 bilhões de telefonia e internet.

A pandemia trouxe um quadro de crise econômica, aumento do desemprego e perda de renda com muita inflação. Um cenário de crise e com famílias perdendo emprego e renda acaba impactando na inadimplência", afirma Joelson Sampaio, professor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

Ele afirma que o fato de os consumidores terem passado a adiar o pagamento de contas de serviços essenciais como gás, luz e água tem a ver com a lei que durante a pandemia proibiu corte de fornecimento desses serviços para consumidores inadimplentes.

"Geralmente, os consumidores priorizam o que é essencial e não têm restrição [caso não paguem]. Então a regra da pandemia acabou afetando essas decisões", argumenta Sampaio.

A última Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), do início do mês, mostra que a proporção de consumidores endividados (com contas a vencer) voltou a subir em julho, após dois meses de queda. Hoje, 78% das famílias estão endividadas nesses setores, ante 77,3% em julho e 71,4% um ano atrás.

As inadimplentes (com contas e dívidas atrasadas) chegaram em julho ao maior patamar em 12 anos: 29%, ante 28,5% no mês anterior. Em julho de 2021,

esse percentual era de 25,6%.

O levantamento foi realizado com 18 mil consumidores nas regiões metropolitanas das capitais brasileiras e do Distrito Federal.

"Chegamos à maior proporção histórica de endividados. Temos não somente mais pessoas endividadas, mas com nível de endividamento maior. Ao menos 18% deles se sentem muito endividados. E as famílias estão com mais de um tipo de dívida: cartão de crédito, consignado e camêes", diz Iris Janote, economista da CNC. "É natural, então, que sobe menos espaço para manter o nível de consumo anterior e pagar contas".

Ele argumenta que hoje o consumidor precisa fazer gestão do orçamento e escolhas. "Priorizo essa dívida com juros maior, que vai crescer mais rápido, ou a conta de luz, que corro o risco de cortar? Ou o aluguel, que se ficar negativedo me impede de alugar outro imóvel?". Esse tipo de escolha está presente em um número cada vez maior de lares", diz.

Liz acrescenta que 29% das famílias dizem ter tido de atrasar pagamento de dívidas. A proporção é a mais alta da série histórica, que tem início em janeiro de 2010.

Para Sampaio, a perspectiva no curto prazo é de melhora nos cenários. "O mercado de trabalho, que é um importante indicador de inadimplência, tem melhorado. O crescimento econômico em 2022 será melhor do que em 2021. E daqui até dezembro haverá aumento da renda com o reajuste do Auxílio Brasil. Parte disso vai para pagar contas atrasadas", diz.

Rabi, contudo, é mais pessimista e prevê que a inadimplência deva diminuir apenas no ano que vem. Isso porque, mesmo se a inflação começar a cair antes, a perspectiva é que a taxa de juros continue em patamar alto até meados do ano que vem, o que dificulta a reversão da alta da inadimplência.

"No terceiro trimestre deste ano, veremos números talvez até mais altos. No quarto trimestre, quando a inflação estiver mais baixa e entrar o 13º salário, podemos ter estabilização. Esse cenário ajuda em queda em 2023", afirma. "Mas isso ocorrerá quando a inflação começar a cair de forma consistente e não apenas por motivos pontuais, como redução do ICMS, e voltar a convergir para a meta".

Segundo último relatório Focus do Banco Central, a meta de inflação para o ano que vem é de 5,38%. Economistas privados, contudo, esperam inflação acima de 6% em 2023.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Brasil **Caderno:** A **Página:** 7